

Janine Marta Coelho Rodrigues¹
Sheila Duarte da Silva Serápio²

RESUMO: O texto procura discutir a necessidade da pedagogia hospitalar e de se trabalhar a escolarização dentro de uma perspectiva interdisciplinar com pacientes/estudantes que devido a enfermidades não tem como frequentar a escola regular, e por isso, precisam passar por períodos estendidos no hospital para tratamento. Nesta perspectiva, o artigo retrata as políticas públicas que foram afirmativas para este avanço e a relevância de desenvolver atividades inclusivas integradoras que colaborem para a autonomia, mudança da realidade e a formação do indivíduo envolvido de modo geral. Trata-se de um relato de experiência, pois apresenta a narração de uma experiência pedagógica dentro de uma perspectiva da educação inclusiva em um ambiente considerado não escolar. Os referências teóricas que irão nortear a discussão do tema são: os documentos oficiais vigentes no Brasil, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente entre outros, como também traremos à pauta, pesquisadores da área como Rodrigues 2012, Matos e Mugiatti 2009, Mutti 2016, Porto 2008 e Assis 2009. Através destes autores e dos documentos oficiais vigentes no Brasil e no mundo, é que essa pesquisa abordará o assunto em questão para assim compreendermos o quanto é pertinente o estudo deste artigo, sua importância dentro da educação e o quanto precisamos entender sobre os benefícios da interdisciplinaridade em qualquer ambiente escolar para busca de melhores resultados, que no caso desta pesquisa, será no contexto das classes hospitalares.

Palavras-chaves: Pedagogia Hospitalar. Práticas Integradoras. Práticas Inclusiva. Educação para todos.

INTRODUÇÃO

O referido texto busca descrever as formas utilizadas na pedagogia hospitalar de modo a associar as disciplinas curriculares e/ou os temas transversais para o desenvolvimento educacional do paciente/estudante. Neste contexto é pertinente pensarmos como um ambiente tão hostil pode ofertar o acesso a educação, assegurando a este ou esta estudante uma aprendizagem expressiva que corresponda a sua realidade de modo a transformar, melhorar, sua qualidade de vida? Lembrando que, o processo de ensino e aprendizagem deve ser pautado nesta realidade mais articulando os conhecimentos a serem trabalhados com a sua reiteração a escola após o término do seu tratamento médico.

Sendo assim, é preciso compreender primeiramente em que ambiente se dá a pedagogia hospitalar e o conceito de interdisciplinaridade. O desenvolvimento da

1-Professor orientador: Doutor em Educação, UFRN

2- Mestranda em Educação, UFPB

pedagogia hospitalar é um espaço educacional diferente que ultrapassa os espaços escolares e que diverge de toda estrutura e recursos que uma instituição comum possa oferecer, mas que de acordo com a resolução nº 41 de outubro de 1995 faz-se necessário a oferta da educação para as crianças e adolescentes que estão enfermas em tempo estendido para tratamento da mesma, contribuindo para o acesso e permanência do estudante e desta forma garantindo sua inclusão neste processo, sem nenhuma discriminação, protegendo o direito a saúde, a vida e a escolarização.

Participar da sociedade, interferir em suas instâncias, construí-las nos dá uma sensação de pertencimento que nos fortalece os acordos. (Mosé, 2013, p. 51)

Nesta perspectiva a interdisciplinaridade vêm como um componente a ser trabalhado na educação de maneira indissociável para este ensino e aprendizagem, porque rompe com o sistema tradicional de ensino e oportuniza o estudante a ser o protagonista da sua própria história e do mundo ao seu redor. Desta forma, podemos utilizar os temas transversais ou os temas geradores pautados na teoria freiriana, esses temas são identificados através de diálogos entre o professor e o aluno, ou professor e o médico ou responsável pelo paciente, para que não fuja da realidade do mesmo. Segundo Dellors (2003, p. 99):

A educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa-espírito, corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. Todo o ser humano deve ser preparado, especialmente graças á educação que recebe na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Pensando nisso, o texto refletiu algumas discussões pertinentes a luz de alguns teóricos que permeiam a pedagogia hospitalar e a interdisciplinaridade no contexto das políticas públicas afirmativas e da relevância de desenvolver atividades pluridisciplinares, visando resgatar as leis que viabilizam esse acesso a educação, o que elas garantem para os estudantes e professores, como desenvolver tarefas contextualizadas e pluridisciplinares, porém, respeitando as reais limitações do paciente/estudante e suas necessidades de aprendizagem, além de caracterizar onde este atendimento educacional pode acontecer.

A FORMAÇÃO DE LEIS QUE ALICERCAM A PEDAGOGIA HOSPITALAR

A primeira Classe Hospitalar foi criada no ano de 1935 pelo ministro da educação Henri Sellier em Paris, com o propósito de ajudar as crianças enfermas, impossibilitadas de frequentar a escola. Atualmente, a Pedagogia Hospitalar é reconhecida como um direito da criança e do adolescente no Brasil pela legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Algumas leis foram determinantes neste processo, como: o decreto de lei 1.044/69 que dispõe sobre tratamento excepcional para os estudantes que tem afecções, com atendimento domiciliar; a lei 6.202/75 que atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares. Porém nenhuma dessas leis descrevia especificamente da classe hospitalar.

No desenrolar dos anos a Constituição Federal de 1988, no título VIII – Da ordem social, capítulo III – Da educação, da cultura e do Desporto, seção I, artigo 205, afirma que:

“A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Neste sentido, fica notório a preocupação do estado em relação a formação do ser humano como um ser integrante desta sociedade que necessita da educação, pois somos exclusivamente os únicos seres que precisam ser educados ao longo de toda a vida, porém ainda não específica a inclusão da educação hospitalar.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 9.394/96, precisamente no título II, artigos 2º e 3º, para os princípios e fins desta educação, afirma-se que: Art. 2º: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Já no Art. 3º: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

A partir deste desposto entendemos que o desenvolvimento pedagógico pode ser oferecido de diversas formas, inclusive para a relação da interdisciplinaridade neste contexto pedagógico hospitalar, pois com as concepções pedagógicas esclarecidas no planejamento do professor pode-se unir o útil ao agradável e associar as disciplinas curriculares, as temáticas a serem desempenhadas com a interdisciplinaridade, exemplo: A matemática e as equações de soma, contribuindo para a autonomia do cidadão.

Na constituição Federal e na LDB, fica implícita a classe hospitalar, reforçando apenas a ideia de que a educação é para todos. Apenas em meados dos anos 90 com a resolução 41 de 13/10/1995 do Estatuto da Criança e do adolescente surgiu algo específico para a classe hospitalar. Pois fica bem nítido no seu artigo 9, que trata do direito à educação: o direito a desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar, durante sua permanência no hospital.

Temos a publicação do MEC a esse respeito que foi publicada em 2002:

Tem direito ao atendimento escolar os alunos do ensino básico internados em hospital, em sérvios ambulatoriais de atenção integral à saúde ou em domicílio; alunos que estão impossibilitados de frequentar a escola por razões de proteção à saúde ou segurança abrigados em casas de apoio, casas de passagem, casas-lar e residências terapêuticas.

A mais recente Lei 13.716 de 2018 foi sancionada e publicada no Diário Oficial da União, onde garante que estudantes da educação básica que estejam internados por tempo prolongado para tratamento de saúde seja no hospital ou em casa receberão atendimento educacional.

“Todas as crianças têm direito ao ensino escolar; mas para isso é necessário criar espaço de ensino nos hospitais pediátricos, ou correlatos, onde estejam hospitalizados crianças ou adolescentes em idade de escolarização.” (MATTOS & MUGIATTI, p. 41, 2009).

Podemos observar então, através dos relatos acima, que no Brasil existe leis desde a constituição federal de 1998 e reforçada ainda mais nos anos 90 para garantir a criança e ao adolescente o direito da escolarização em classes hospitalares. As leis estão em vigor, porém ainda são pouco conhecidas pela sociedade em geral, com isso é comum

encontrar muitas dessas crianças e adolescentes hospitalizadas que não dão continuidade aos estudos em classes hospitalares.

Fazendo necessário a reflexão acerca desta pedagogia pouca conhecida por meio de políticas públicas que incentive este público alvo a buscar seus direitos, com a finalidade de aumentar o número de estudantes alfabetizados e inseridos no ensino e aprendizagem independente de suas limitações, valorizando e proporcionando a essas crianças e adolescentes a garantia a saúde, a educação e a dignidade humana.

CLASSES HOSPITALARES E A INTERDISCIPLINARIDADE

A escola por muito tempo foi considerada como o único lugar onde realmente se efetivava a aprendizagem, porém atualmente percebe-se que isso já não é tão verdadeiro, pois o processo de ensino e aprendizagem extrapola as paredes de uma sala de aula, ou seja a necessidade de aprender de um educando e a necessidade de ensinar de um educador vai além de um espaço que foi delimitado por muito tempo como único local de aprendizagem. Como diz Rodrigues (2012), a educação tem que ir até onde se faz necessária, e o ambiente hospitalar é um desses lugares, e o professor precisa estar preparado para atuar nesta área.

Se existem espaços além pedagógicos além da escola, é sinal de que se faz necessário a presença de um pedagogo que atue de forma diversificada. Nesse mesmo raciocínio González (2007, p. 347) diz que:

O atendimento integral que a criança doente requer, visando à globalidade de sua pessoa, é uma realidade e uma experiência de vida e de prática mais do que uma noção ou um conceito. Por isso, qualquer intervenção principalmente a das crianças hospitalizadas, deve ser global e integral.

Desta forma, várias questões surgem acerca deste trabalho: Como o pedagogo pode facilitar o processo de ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes hospitalizados? Que prática pedagógica deverá o pedagogo adotar? Quais são as dificuldades e os desafios apontados por professores no desenvolvimento de um ensino com características interdisciplinar dentro de um ambiente hospitalar?

Trabalhar aspectos essenciais para a formação integral da criança no ambiente hospitalar, visa contribuir para que a criança enferma possa enfrentar a situação de fragilidade associada ao período de internação, utilizando o lúdico, o que torna o ambiente de internação pediátrica um espaço mais agradável e acolhedor. (SIMANCAS; LORENTE, 1990, p. 35).

Diante dessa realidade, as classes hospitalares apresentam o compromisso com uma prática educativa competente, interdisciplinar e transformadora, transformadora no sentido de tentar modificar um pouco o ambiente no qual o educando está inserido por um curto período ou por um período mais longo e, ligando duas ou mais disciplinas com o intuito de fundir um conceito.

Nesse sentido, Lück (2000) destaca que a interdisciplinaridade possibilita a integração e interação entre diferentes disciplinas curriculares. Contudo, o pedagogo envolvido nesse processo tem que ter a consciência de que tal prática deverá ir além dos muros do hospital, de uma simples prática pedagógica, deve abranger uma visão global do ato de ensinar, pois a interdisciplinar é caracterizada pela troca, pelo diálogo que acontecer entre o educando, o educador, o conhecimento formal e outros atores que se encontram dentro e fora do hospital.

Buscar uma prática de ensino que melhor se adeque ao ambiente hospitalar de modo a romper com ambiente, que na maioria das vezes é hostil, solitário e triste, com uma prática educativa diferenciada e dinâmica, como forma de transformar tais práticas, em práticas de escuta, de sensibilidade, de respeito, gerando assim um universo afetivo, alegre, descontraído e interdisciplinar visando o amplo desenvolvimento do educando em seu processo de aprendizagem.

Dessa forma, a intervenção pedagógica utilizará ferramentas variadas dentro dos hospitais com o intuito de promover neste paciente a re-significação de seus valores e desejos interrompidos pela internação, fazendo um elo com a educação, possibilitando a comunicação e socialização com escola, família e a equipe médica.

Portanto, ensinar e aprender são práticas abrangentes e que envolvem muito mais que um espaço físico, mas sim a participação familiar e da equipe médica, requer conhecimentos mais específicos sobre o processo de ensino e aprendizagem dentro de um ambiente tão hostil como é o caso do hospital precisa ter muita leveza e um olhar mais sensíveis para com todos os educandos envolvidos.

CONCLUSÕES

Portanto, para suprir as necessidades educativas de crianças e adolescentes que se encontram em situação de adoecimento seja ele temporário ou não, o professor envolvido nesse processo precisa entender de que ele não está só, esse trabalho jamais

pode ser solitário e este educador deverá assumir uma postura que se adeque a realidade daquele local, com um trabalho pedagógico de parceria com a equipe médica que atende aquele estudante, assim como também transcender a ala pediátrica e voltar, como forma de feedback à escola em que esse estudante encontra-se matriculado, como é o caso do relato aqui apresentado.

O objetivo maior dessa parceria é obter a coesão e a coerência em um atendimento educacional que está sendo ofertado em um ambiente tão obscuro que é o caso do hospital é uma aprendizagem que seja de fato significativa e transformadora e, como elemento contributivo e quiçá, essencial e de extrema importância o trabalho pedagógico interdisciplinar.

Conseqüentemente, fica evidente que, o fazer pedagógico mas significativo e versátil, auxilia, dentro de uma perspectiva da mediação da aprendizagem, da interdisciplinar dentro de uma visão da educação inclusiva, busca incrementar uma proposta de ensino-aprendizagem mais ativa tanto de quem ensina como também de quem aprende, além de se destacarem como mais um recurso de acessibilidade ao saber (currículo), minimizando as limitações evidentes e existentes na aluna devido a mobilidade reduzida, garantindo-lhe o acesso ao saber, com práticas educativas inovadoras dentro de ambientes não formais de ensino.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. D. F. **Práticas de aprendizagem integradoras e inclusivas:** autoconhecimento e motivação. Rio de Janeiro: WAK, 2016.

BRASIL. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada.** Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008. Disponível em: <<https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/convencaopessoascomdeficiencia.pdf>>. Acesso em: 06. Ago. 2019.

_____. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

_____. **Constituição Federal de 1988**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 de dezembro de 2017.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003

FONSECA, Eneida Simões da. Classe Hospitalar: ação sistemática na atenção às necessidades pedagógico-educacionais de crianças e adolescentes hospitalizados. Revista Educação e Pesquisa - Temas sobre Desenvolvimento, v.8, n.44, p. 32-37. 1999.

FONSECA, Eneida Simões da. A Situação Brasileira do Atendimento Educacional Hospitalar. Revista Educação e Pesquisa, v.1, p. 117-129. Jan/Jun 1999.

FONTES, Rejane de S. A Escuta Pedagógica à Criança Hospitalizada: Discutindo o papel da Educação no Hospital. Revista Brasileira de Educação. N. 29. Rio de Janeiro, Mai/Ago. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-478200500002000010. Acesso em: 28.08.2011

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia saberes necessários á prática educativa. 48. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GONZÁLEZ, Eugenio. Necessidades educacionais específicas. Trad. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2007

LÜCK, Heloisa. (Org.). Gestão escolar e formação de gestores. Em Aberto, v. 17, n.72, p. 1-195, fev./jun. 2000.

MOSÉ, Viviane. A escola e os desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: civilização contemporânea, 2013.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira e **MUGIATTI**, Margarida Maria Teixeira de Freitas, *Pedagogia Hospitalar: A Humanização Integrando Educação e Saúde*. 4ª Edição. Rio de Janeiro. Ed. Vozes. 2009.

ORTIZ, Leodi Conceição e **FREITAS**, Soraia Napoleão. *Classe Hospitalar – caminhos pedagógicos entre saúde e educação*. 1ª Edição. Santa Maria. Ed. UFSM. 2005.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. *Classes Hospitalares: espaço pedagógico nas unidades de saúde*. RJ.WAK Ed. 2012.

SIMANCAS - **GONZÁLEZ**, José Luis; **POLAINO-LORENTE**. *Pedagogia Hospitalaria. Actividad educativa en ambientes clínicos*. Madri: Narcea, S.A. de Ediciones, 1990